



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE PERÍCIAS DE LABORATÓRIO - SEPLAB/DPER/INC/DITEC/PF

PROJETO BÁSICO

**PARTICIPAÇÃO DE SERVIDOR DA POLÍCIA FEDERAL EM EVENTO DE
CAPACITAÇÃO DE CURTA DURAÇÃO**

(PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N.º 08201.000812/2019-19)

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de 02 (duas) vaga, visando à inscrição de servidores da Polícia Federal no evento XX COBREAP - Congresso Brasileiro de Engenharia de Avaliações e Perícias, conforme condições, quantidades, valores e exigências estabelecidas neste instrumento. O evento será organizado pelo IBAPE NACIONAL (Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia) e IBAPE BAHIA.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Benefícios da participação

2.1.1. A participação do requerente na ação de capacitação proposta é de elevada importância para o INC/DITEC/PF e demais unidades descentralizadas, pois tratará do que há de mais atualizado na área de avaliações de imóveis rurais, permitindo, não somente, que o Perito consolide conhecimentos já adquiridos, se atualize e se aprofunde nessa área, mas, também, representa uma oportunidade única de participação em eventos de grande importância para a capacitação do perito e que viabiliza o estreitamento de relações interinstitucionais com uma das mais importantes instituições de avaliações de imóveis rurais e urbanos do Brasil.

2.1.2. PCF Assis Marinho Carvalho é Perito Criminal Federal da área de Engenharia Agrônômica há mais de 12 anos, com atuação em perícias de avaliações de imóveis rurais consistente, já tendo realizado 15 perícias de avaliações de imóveis rurais e 12 perícias de exames de empreendimentos agropecuários ou florestais. Ao lado da atuação em perícias, organizou, em 2014, o Curso de Perícias em Avaliações de Imóveis Rurais. Atualmente, tem por responsabilidade primária dar atendimento a perícias desse tipo que são enviadas ao órgão central da Criminalística da PF.

2.1.3. O PCF Laércio de Oliveira e Silva Filho é Perito Criminal da área de Engenharia Civil há mais de 12 anos, com atuações em perícias de avaliações de imóveis urbanos, tendo organizado e atuado como professor em três edições do Curso de Perícias de Avaliações de Imóveis Urbanos e uma edição do curso de Perícias em Avaliações de Imóveis Urbanos para fins Administrativos, todas estas ações educacionais executadas no seio do PAC da Academia Nacional de Polícia. Escreveu, também, o Manual de Procedimentos Periciais de Avaliações de Imóveis Urbanos em 2015. Atualmente, é responsável pelos trabalhos de planejamento e execução das capacitações a cargo do SEPENG.

2.1.4. Por fim, este Congresso proporcionará que o SEPENG esteja cada vez mais preparado para futuras avaliações de imóveis rurais e perícias de engenharia, cada Perito poderá continuar atuando como multiplicador destes conhecimentos para todas as unidades da Polícia Federal, bem como aperfeiçoar as

técnicas utilizadas rotineiramente nas ocorrências envolvendo explosivos.

2.1.5. A natureza do serviço a ser contratado se enquadra no Plano Estratégico 2010/2022 da Polícia Federal, aprovado pela Portaria 4453/2014-DG/DPF, especificamente na Ação Estratégica "Gestão da Qualidade de Prova", no processo interno "Apresentar Excelência na Qualidade da Prova", haja vista que o aperfeiçoamento profissional nessa área promove a melhoria dos exames periciais e inovações nas técnicas e métodos empregados na perícia.

2.2. Descrição do evento

2.2.1. A conferência Congresso Brasileiro de Engenharia de Avaliações e Perícias é reconhecido nacionalmente como o principal evento profissional para todos os aspectos de avaliações de imóveis rurais. O Congresso oferece um fórum para intercâmbio nacional de informações de alta qualidade, incluindo apresentações orais e de pôsteres em pesquisas de ponta na área, casos forenses interessantes na esfera cível e importantes e questões de qualidade do laudo, permitindo o aperfeiçoamento profissional dos servidores envolvidos, para a realização de exames periciais, bem como estabelecimento de contatos profissionais de suma importância ao desenvolvimento futuro de novos exames periciais e ações continuadas de capacitação e qualificação da Perícia Criminal Federal.

2.2.2. O congresso será distribuído em workshops, painéis e apresentação de trabalhos inéditos, além de cursos pré-congresso nos dois primeiros dias, onde serão debatidos temas de grande interesse da classe, para quem está começando ou quer melhorar seus fundamentos em algum assunto específico. No COBREAP também será realizada mais uma etapa da Certificação Profissional em Engenharia de Avaliações.

3. DO EVENTO DE CAPACITAÇÃO

3.1. As características específicas do evento a ser contratados são as discriminadas abaixo:

3.1.1. O evento (Congresso, Mini-Cursos e Workshops) terá início em 21/10/2019 e finalizará em 25/10/2019.

3.1.2. O evento se realizará na cidade de Salvador Bahia.

3.1.3. Título: XX COBREAP - Congresso Brasileiro de Engenharia de Avaliações e Perícias.

3.1.4. Além da inscrição no evento para os dois participantes, serão contratados conforme discriminado a seguir:

3.1.4.1. Mini-Cursos:

- Dia 21/10/19: Básico de avaliação de imóveis rurais com uso da inferência estatística: Antonio Marcio Lara e Breno Lothhammer Wrasse. Valor R\$ 190,00 (PCF Assis Marinho Carvalho);
- Dia 22/10/19: Metodologia para inspeção predial. Valor R\$ 190,00 (PCF Laércio de Oliveira e Silva Filho);

3.1.4.2. Workshops:

- Avaliação de áreas com restrições ambientais (22/10/10 - manhã): valor R\$ 95,00 (PCF Assis Marinho Carvalho);
- Casos práticos de avaliações de imóveis rurais segundo a revisão da Norma NBR 14.553-3 (22/10/10 - tarde): valor R\$ 95,00 (PCF Assis Marinho Carvalho);
- Perícias em fachadas - Novas técnicas e metodologias (manhã): valor R\$ 95,00 (PCF Laércio de Oliveira e Silva Filho); e
- Planta de valores georreferenciados - avaliação em massa (tarde): valor R\$ 95,00 (PCF Laércio de Oliveira e Silva Filho).

3.2. Valor total das inscrições: R\$ 3.860,00 (Três mil, oitocentos e sessenta reais).

4. DA ENTIDADE PROMOTORA

4.1. O IBAPE NACIONAL (Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia) é um Instituto que atua na geração de conhecimentos, normatização de procedimentos e capacitação técnicas de profissionais na área de engenharia em todo o Brasil.

- 4.1.1. Troca de informação e expertise;
- 4.1.2. Suporte em questões técnicas;
- 4.1.3. Promovendo garantia de qualidade, testes de proficiência e exercícios colaborativos;
- 4.1.4. Harmonização de procedimentos de exame e métodos analíticos;
- 4.1.5. Cooperação em projetos de pesquisa e desenvolvimento.
- 4.1.6. Participação em grupos de trabalho que padronizam normas de avaliação ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

5. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

5.1. A base legal da contratação direta para a participação de servidores em curso é o inciso II e o § 1º do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13, todos da Lei nº 8.666/93, que prevê a inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos.

5.2. A referida norma dispõe:

“Art. 25”. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

§ 1º. Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

(...)

VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.”

5.3. Além disso, com relação ao caso concreto, consta no Acórdão 2616/2015 - Plenário do TCU trata do assunto no informativo de jurisprudência do TCU (<https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A250D20C480150D3AB46C919B0&inline=1>):

A licitação “... é impossível justamente porque há dificuldade de comparação objetiva entre as propostas, que estão atreladas aos profissionais que executarão os trabalhos. Portanto, nesse tipo de objeto, resta caracterizada a discricionariedade na escolha do contratado (...) Essa é a melhor interpretação da Súmula 264 do TCU, de que a contratação de serviços por notória especialização somente é cabível quando se tratar de serviço de natureza singular, capaz de exigir, na seleção do executor de confiança, grau de subjetividade insuscetível de ser medido pelos critérios objetivos de qualificação inerentes ao processo de licitação”

5.4. O congresso em tela é o principal evento sobre o assunto no Brasil, sendo a entidade organizadora, o IBAPE amplamente reconhecida na comunidade de avaliadores do Brasil, estando portanto satisfeitos os critérios de notoriedade e especialização.

5.5. Com relação ao caráter singular do evento considera-se dois principais pontos:

5.5.1. Em primeiro lugar, não nos parece concebível licitar participação em congressos. Trata-se de

eventos que divergem das capacitações convencionais principalmente por terem como pressuposto uma ampla participação da comunidade de interessados, resultado que não se pode obter em contratações de eventos privados.

5.5.2. Em paralelo à inviabilidade de realização em separado, existe a inviabilidade de comparação objetiva entre congressos. Conforme entendimento mais recente do Tribunal de Contas da União, expresso no Informativo de Jurisprudência nº 264, extraído do Acórdão nº 2616/2015-Plenário, a hipótese de inviabilidade de competição tratada no art. 25, inciso II, não decorreria do ineditismo ou raridade do serviço, mas "da própria notória especialização de seu executor", resultando na "impossibilidade de se fixar critérios objetivos de julgamento".

5.5.3. Assim, um congresso relevante muitas vezes é aquele que sempre traz palestrantes de peso, atrai um público de alto nível, propiciando questionamentos relevantes aos temas trazidos, e traz ao debate temas inovadores, para os quais ainda não existe bibliografia ou capacitações bem estabelecidos.

5.5.4. Tais qualidades se constata do histórico de edições anteriores do evento, mas não são passíveis de aferição prévia em tempo de licitação, tampouco viáveis de conversão em quesitos objetivos de fácil comparação.

5.5.5. Diante do cenário, entendemos adequado o enquadramento da aquisição na hipótese de inviabilidade de licitação prevista no art. 25, inciso II, da Lei 8.666/93.

6. JUSTIFICATIVA DO PREÇO

6.1. O valor total da inscrição individual para o evento, mini-cursos e workshops é R\$ 3.860,00. O valor é compatível com outros eventos que, apesar de não serem passíveis de comparação direta, possuem temas relacionados e são comparáveis em termo de porte, infraestrutura necessária e excelência técnica. Salienta-se que o valor diário do evento proposto é compatível com outros eventos da mesma relevância, porém com durações diferentes. Para maiores informações vide o documento 12131054.

6.2. O valor das inscrições é anunciado pela internet publicamente e não existe necessidade de identificação do usuário para visualizá-lo, de forma que esse preço é ofertado igualmente para interessados, não havendo acréscimo ou decréscimo do valor nominal por se tratar da Polícia Federal.

7. PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado de acordo com a entrega definitiva do objeto, após o devido atesto da nota fiscal e regular liquidação, dar-se-á o pagamento, a ser processado no prazo de até 30 (trinta) dias, mediante Ordem Bancária creditada em conta-corrente indicada pela empresa, conforme dispõe o Art. 40, Inciso XIV, alínea "a", da Lei 8.666/93, combinado com Art. 73, Inciso II, do mesmo diploma legal.

7.2. Nenhum pagamento será efetuado à empresa beneficiária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou falta de entrega do serviço.

7.3. Será procedida consulta "ON LINE" junto ao SICAF antes do pagamento a ser efetuado à empresa beneficiária, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação exigidas na licitação, ou por meio da documentação anexada a fatura relativa aos Incisos III e IV, Art 29 da Lei n.º 8.666/93.

7.4. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente, e o pagamento susinado até que a empresa providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte desta Diretoria.

7.5. Em cumprimento ao disposto no Art. 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/96, a DITEC reterá, na fonte, o imposto sobre a renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, bem assim a contribuição sobre o lucro líquido, a contribuição para a seguridade social - COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuar a pessoas jurídicas que não apresentarem a cópia do Termo de Opção.

7.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a empresa beneficiária não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela DITEC/DPF, entre a data referida no primeiro subitem do 'PAGAMENTO' e a correspondente ao efetivo pagamento, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = [(1+IPCA/100)N/30-1] \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor a ser pago.

IPCA = Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo.

7.7. A atualização financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.

7.8. Abaixo os dados para empenho e pagamento da instituição organizadora:

7.9. IBAPE – INSTITUTO BRASILEIRO DE AVALIAÇÕES E PERÍCIAS DE ENGENHARIA DA BAHIA . CNPJ: 02.077.621/0001-07

Inscrição estadual: ISENTA

Inscrição Municipal: 212.049/001-26 (CGA)

Av. Antônio Carlos Magalhães, 2501, Sala 426, Edf. Professional Center, Brotas – Salvador - BA | CEP 40280-901

BANCO BRADESCO

AG 3173-9

C/C 11616-5

7.10. Para maiores contatos:

7.11. Tamile Rios -

Departamento Financeiro da Empresa "Eventus System"

Fone: +55 (71) 2104.3477

End.: Rua Lucaia, 209, 4º Andar, Horto Florestal

Salvador - BA | CEP: 40295-130

E-mail: financeiro@eventussystem.com.br

Brasília, 04 de setembro de 2019.

LAÉRCIO DE OLIVEIRA E SILVA FILHO
PERITO CRIMINAL FEDERAL

APROVO o presente Projeto Básico, ratificando a importância do objeto para o desempenho das atividades desta Unidade e os elementos técnicos apresentados para fundamentar a contratação.

LUIZ SPRICIGO JUNIOR
Perito Criminal Federal
Diretor Técnico-Científico - Substituto



Documento assinado eletronicamente por **LAERCIO DE OLIVEIRA E SILVA FILHO, Perito(a) Criminal Federal**, em 05/09/2019, às 16:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ SPRICIGO JUNIOR, Diretor - Substituto(a)**, em 05/09/2019, às 19:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FABIO AUGUSTO DA SILVA SALVADOR, Ordenador de Despesa**, em 26/09/2019, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **12131408** e o código CRC **4C2BB260**.
